

DESIGUALDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO PLANO DE ENSINO DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

**JULIANA POZZEDIN DA CUNHA¹; ELAINE DE FÁTIMA NETTO PEREIRA²
MARTA REGINA CAETANO GARCIA³; JAQUELINE SCHNEIDER⁴;**

VERA LÚCIA DOS SANTOS SCHWARZ⁵:

¹Universidade Federal de Pelotas – pozzedinjuliana@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – elainenettopereira@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – martareginacaetanogarcia@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – jqlnschneider@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – verasschwarz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A escola é um espaço privilegiado de socialização, onde diferentes identidades, histórias de vida e expectativas sociais se encontram. Nesse ambiente, as desigualdades de gênero se fazem presentes de forma explícita ou implícita, influenciando a forma como meninos, meninas e pessoas trans constroem suas experiências. Portanto, o objetivo deste trabalho é promover reflexão sobre a existência de espaço para o desenvolvimento de trabalhos voltados para estudos sobre a temática de gênero nas aulas de Sociologia.

A reflexão sobre a temática gênero se fundamenta nos aportes teóricos de Judith BUTLER (2003) e SAFFIOTI (2004). Butler discute a performatividade de gênero, mostrando que as identidades não são fixas, mas construídas e reiteradas socialmente. Sua perspectiva é fundamental para compreender como a escola, ao não problematizar as normas de gênero, reforça padrões hegemônicos que marginalizam identidades dissidentes. Já Saffioti ao articular gênero, classe e ideologia, demonstra que as desigualdades são estruturais e que as opressões não se limitam à esfera simbólica, mas atravessam condições materiais e institucionais.

A Lei de Diretrizes e Bases (lei 9.394/96) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhecem a necessidade de promover uma educação orientada pelos direitos humanos, pela equidade e pelo respeito às diferenças, afirmando que a escola deve contribuir para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a diversidade. Assim, com o intuito, não só de atender a diretrizes da Lei 9.394/96, mas também de ampliar minha formação inicial, junto ao (PIBID), da área das Ciências Sociais é que justifico esse trabalho.

Nesse sentido, busco por meio desse estudo, problematizar questões em torno das discussões sobre gênero e sexualidade, na escola, para que, enquanto futura professora de Sociologia, possa qualificar-me e assim lutar pelo espaço do tema nos currículos escolares, em especial nos planos de ensino da disciplina de Sociologia trabalhada no ensino médio. Soma-se a isso, contribuir no combate da emergência de políticas mais conservadoras, que se colocam contra qualquer exposição a diversidade e a diferença, onde a heterossexualidade e a cisgeneridade são a “norma”, e tudo que se desvia desse padrão é considerado “anormal” ou doença, contrapondo-se à pedagogias da diversidade, que buscam incluir e transformar o ambiente escolar em espaços livres de violência e discursos de ódio diante da diversidade de indivíduos.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Este estudo é de cunho qualitativo, e a base para a construção dos dados recaiu na leitura crítica do plano de ensino da disciplina de Sociologia, referente ao 2º trimestre de 2025, desenvolvido para as turmas do 1º ano do ensino médio de uma escola estadual da rede pública de ensino, do município de Pelotas. O documento, que lista os conteúdos e as atividades propostas para o período, foi examinado à luz da BNCC e dos referenciais teóricos de Judith Butler e Heleieth Saffioti.

Uma breve apresentação da escola em que faço parte, como bolsista do PIBID, do subprojeto da área das Ciências Sociais. A instituição de ensino foi fundada em 17 de junho de 1913. Na década de 1960, o colégio foi transferido para o seu atual endereço na Avenida Dom Joaquim. No ano de 198, foi renomeado para Escola Estadual de 1º e 2º graus, retornando a nomenclatura de colégio em 2000. O Colégio possui uma estrutura robusta, com salas de aula distribuídas entre seus dois pisos. Disponibiliza banheiro projetado para pessoas com deficiências (PCD) (PNE), bebedouros de água gelada, smart TV em salas de aula, auditório, quadras de esporte e sistema de segurança por meio de monitoramento via câmeras. Como parte importante na composição do currículo, o colégio oferta os itinerários formativos que possibilitam aos estudantes aprofundar seus conhecimentos em áreas do seu interesse ou optar por uma formação técnica e profissional. O colégio tem em média 800 estudantes matriculados entre os turnos da manhã, tarde e noite.

O plano de ensino da disciplina de sociologia foi lido integralmente, e suas seções de justificativa, conteúdos e atividades foram analisadas para identificar em que medida o debate sobre gênero, cidadania e diversidade é contemplado. A análise buscou identificar a presença do conteúdo sobre gênero, entretanto, o contato com o documento, possibilitou identificar a presença de conteúdos como "Etnocentrismo", "Preconceito, discriminação e segregação" e "Racismo e Desigualdade racial".

Foi possível perceber que, embora o plano mencione o "Dia internacional de combate a LGBTfobia" em uma de suas notas, a dimensão de gênero não aparece explicitada de forma objetiva dentre os conteúdos anunciados nas atividades propostas. Infelizmente, essa lacuna se torna evidente e preocupante diante da realidade das escolas, que contam com estudantes trans, cujas vivências demandam um olhar pedagógico sensível e inclusivo.

Por fim, esse estudo de caso, de uma escola específica, acende um alerta, em relação a invisibilidade do tema em outras instituições de ensino da educação básica. Assim como, permitiu-me refletir sobre questões associadas em torno da ausência de gênero no currículo, seria a ausência de conscientização da importância uma incorporação mais profunda e crítica sobre as questões que gravitam ou receio da escola e/ou professores em trabalhar como os estudantes esse conteúdo diante de um cenário político, social e cultural conservador. Infelizmente espaço escolar pode ser tanto reprodutor de opressões quanto um potencial agente de transformação social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão evidencia que a ausência da questão de gênero no plano de ensino de Sociologia contradiz tanto as diretrizes da lei 9.394/96 como da BNCC, que defendem a equidade e o respeito às diferenças, quanto a realidade concreta das escolas, que convivem diariamente com a diversidade de gênero entre seus estudantes. A omissão do tema não é neutra, e a não abordagem de gênero de forma consistente reitera normas que invisibilizam estudantes trans e reforçam estereótipos. O estudo reforça a necessidade de repensar os documentos pedagógicos, ampliando a presença das discussões sobre gênero e sexualidade, de modo que a escola deixe de ser apenas um espaço de reprodução de normas e se torne um lugar de resistência e transformação social. É a partir das instituições de ensino que podemos aprofundar o debate sobre identidades e gênero. Assim, ao articular os aportes de Butler e Saffioti à reflexão sobre o plano de ensino, este trabalho aponta que a inserção crítica do tema de gênero na disciplina de Sociologia é fundamental para a promoção da cidadania e para a consolidação de uma educação inclusiva, comprometida com os princípios democráticos e com a dignidade de todos os sujeitos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Leis ordinárias. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >,. Acesso em 21 agosto, 2025.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

COSTA, C. **Sociologia – Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Moderna, 2010.

TOMAZZI, N.D. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2026.